

ARTIGO

SOCIEDADE DIVIDIDA, O FEMININO EM DISPUTA:

ANTAGONISMOS E CONFLITOS DURANTE A GUERRA CIVIL NA ESPANHA (1936-1939)

CAROLINA ASSUNCIÓN OLIVEIRA ARCE

Graduanda em História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8673-5651>

MARIANA AFFONSO PENNA

Doutora em História, professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5415-795X>

RESUMO: O artigo reflete acerca dos projetos em disputa manifestos por um lado na organização anarco-feminista espanhola *Mujeres Libres*, por outro na *Sección Femenina de la Falange*, alinhada ao fascismo. Coletividades antagônicas, estas organizações se confrontaram em escritos e ações durante a Guerra Civil Espanhola, apresentando concepções opostas acerca do “lugar” a ser ocupado pela mulher na sociedade. Assumindo como ponto de partida as publicações produzidas por estes agrupamentos durante os anos de guerra, o manuscrito investiga o tratamento dado a temas como a sexualidade feminina, família, maternidade, espaço público e trabalho doméstico. Frente a ascensão do fascismo na Espanha após a queda da República, subverter ou aprofundar o papel tradicional atribuído à mulher fez parte de uma disputa, literalmente de vida ou morte para muitas.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra Civil Espanhola; Mulheres; Papéis Sexuais; Sección Femenina de la Falange; Mujeres Libres.

DIVIDED SOCIETY, FEMININE IN DISPUTE:

ANTAGONISMS AND CONFLICTS DURING THE SPANISH CIVIL WAR (1936 – 1939)

ABSTRACT: This paper analyzes the disputed projects manifested on the one hand in the Spanish anarcho-feminist organization *Mujeres Libres*, on the other in the *Sección Femenina de la Falange*, aligned with fascism. Antagonistic collectivities, these organizations confronted each other in writings and actions during the Spanish Civil War, presenting opposite conceptions about the “place” to be occupied by women in society. Making use of the publications produced by these groups during the war years, the manuscript investigates the treatment given to themes such as female sexuality, family, motherhood, public space and domestic work. Faced with the rise of fascism in Spain after the fall of the Republic, subverting or deepening the traditional role attributed to women is part of a dispute, literally of life and death for many.

KEYWORDS: Spanish Civil War; Women; Gender roles; Sección Femenina de la Falange; Mujeres Libres.

Recebido em: 29/06/2021

Aprovado em: 05/07/2021

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2021v72p309-334>

Introdução

O retorno da dinastia Bourbon ao poder político espanhol em 1875 foi marcado pelo desejo de inaugurar um novo capítulo na história do país, com a aposta em uma ordem constitucional moderna, mas que não chegou a se concretizar plenamente devido aos choques entre o *velho* – expresso no poder monárquico – e o *novo* – marcado pelos políticos liberais – cenário que inviabilizou o projeto de modernização cultural e econômica, planejado pela dinastia. (SALVADÓ. 2008, p. 24). Porém, conforme observa Stanley G. Paine, a restaurada monarquia constitucional deu ao país uma certa estabilidade e possibilitou o desenvolvimento econômico e educacional, assim como o florescer.

A legitimidade do regime dos Bourbons entrou em declínio diante do fracasso em tornar a Espanha, novamente, uma potência mundial¹, dando lugar à crescente mobilização de intelectuais, poetas, artistas e romancistas que defendiam a Regeneração do país, expressada pela defesa de uma reforma completa da sociedade e da economia por meio de uma ideologia progressista. As propostas regeneracionistas passavam tanto pela defesa das mobilizações populares quanto pela procura de uma elite moral cujo objetivo seria o combate à corrupção política. Esses dois posicionamentos deram origem à duas propostas de modernização: a autoritária e a democrata.

O monopólio do poder por monarquistas e liberais membros da elite, a influência da Igreja na política e na educação e o controle e a manutenção da ordem pública pelo Exército eram características da Espanha em fins do século XIX, que, diante dos avanços dos padrões ocidentais de modernidade, se via muito distante do tão desejado progresso econômico. No entanto, o cenário começou a se modificar após 1898 quando os partidos republicanos passaram a ter influência em algumas cidades onde o poder monárquico era pouco presente. As ideias propostas pelo marxismo e o anarquismo começaram a florescer entre os trabalhadores rurais e operários: no sul e no leste da Espanha, as ideias libertárias ganharam força, e, no centro e no norte o marxismo se tornou dominante. Ainda que existisse uma rivalidade entre esses dois grupos, ambos defendiam a educação dos trabalhadores como força motriz para o despertar de sua consciência política, necessária para as mudanças sociais e econômicas. (SALVADÓ, 2008, p. 31).

Ao buscar os últimos vestígios da influência internacional da Espanha - fracassada após as perdas das colônias de Cuba, Porto Rico e as Filipinas, as últimas sob o seu domínio, em 1898 -, os conservadores organizaram a ocupação do protetorado de El Rife, localizado ao norte de Marrocos, conflito que foi convertido em uma guerra de longa duração e que contava com forte oposição em meio à população espanhola. Na primeira década do século XX, ondas de protestos surgiram em Barcelona e o estopim do conflito se deu com o embarque de soldados reservistas para Marrocos, com o intuito de reforçar as tropas espanholas. Os anarquistas foram os principais atores da resistência contra a ocupação militar no protetorado. Entre 26 de julho e 2 de agosto de 1909, o governo respondeu a estas mobilizações sociais com o ataque das forças armadas contra a revolta operária e popular, evento que ficou conhecido como a Semana Trágica de Barcelona devido à violência que o exército empregou contra os manifestantes: cerca de 70 pessoas foram mortas e 2 mil foram presas no conflito (BUADES, 2013, p.12).

Posteriormente, a Primeira Guerra Mundial provocou mudanças profundas na Espanha por meio da crescente e acelerada transformação econômica e pela mobilização popular. Apesar de não ter entrado na guerra, a Espanha foi impactada pelo conflito que intensificou a polarização ideológica entre defensores dos Impérios Centrais e dos Aliados (SALVADÓ, 2008). A guerra impactou positivamente a economia espanhola, que, ao declarar a sua neutralidade, apostou nos negócios com as potências que participavam do conflito, propiciando o enriquecimento de industriais espanhóis. Ao final dos anos 1920 o país registrava uma das maiores taxas de crescimentos econômico no mundo (PAYNE, 2012, p.8). No entanto, a população mais pobre ainda se encontrava em uma crescente fragilidade econômica, com a falta de alimentos e de produtos básicos, originando revoltas populares em muitas cidades. Nesse cenário, houve a união entre anarquistas da Confederação Nacional do Trabalho – CNT, e os socialistas da União Geral dos Trabalhadores – UGT, que, ao superarem as suas diferenças ideológicas, selaram um acordo trabalhista em 1916 (BUADES, 2013; SALVADÓ, 2008).

Segundo Salvadó (2008), com a fragilidade do rei diante das pressões sociais ocasionadas pela Revolução Russa em outubro de 1917, o poder espanhol passou por diversos impasses com a euforia revolucionária que se

espalhava por toda a Europa. Payne também observa que, à semelhança de grande parte da Europa, os anos subsequentes foram marcados por conflitos intensos. A Espanha passou a viver uma era de crise política, isto porque a modernização parcial pela qual o país passou apenas acentuou seus problemas e contradições (PAYNE, 2012, p.8). Nesse período, o país viveu uma onda de violência entre patrões e operários, provocando uma série de mortes de figuras que faziam parte do clero, do empresariado e dos sindicatos. O exército foi o responsável por dar um ponto final na situação de calamidade em que a Espanha se encontrava e, em 1923 Primo de Rivera encabeçou um golpe militar que resultou em sua nomeação como primeiro-ministro (SALVADÓ, 2008; PAYNE, 2012, 2006).

A ditadura de Primo de Rivera produziu uma rápida modernização cultural e econômica na Espanha, impactando profundamente a estrutura econômica e social do país. O crescimento da força de trabalho industrial com o êxodo rural acompanhou o crescimento urbano, as taxas de alfabetização também cresceram, as estradas e ferrovias se desenvolveram e a comunicação por meio de rádios e telefones também ganharam espaço na nova Espanha. Foi neste contexto que os republicanos se tornaram uma força cada vez mais numerosa, convergindo diferentes grupos políticos.

Segundo Buades (2013), a crise econômica mundial de 1929 afetou a Espanha, que se viu diante de uma realidade caótica com o desemprego, as falências de empresas e a crescente hostilidade política. Não conseguindo conter os problemas econômicos do país, Primo de Rivera renunciou ao cargo de primeiro-ministro em janeiro de 1930. Com a intensificação da crise econômica, o rei Afonso XIII convocou a população às eleições municipais ocorridas em abril de 1931 e concluída com a vitória dos republicanos. Diante do resultado das eleições, o rei abdicou de seu trono, e diante de um *vazio de poder* foi proclamada a Segunda República Espanhola.

A conquista da democracia espanhola viera com muitos problemas remanescentes do período monárquico. As taxas de analfabetismo no país eram grandes, a estrutura econômica era predominantemente agrária, representando mais da metade da riqueza nacional e a industrialização ainda se desenvolvia a passos lentos, o que gerou a migração em massa de sujeitos que partiram em busca de empregos nas regiões do norte, onde as indústrias eram predominantes. As esperanças em torno da Segunda República se

concentravam na possibilidade de sanar os problemas que a Espanha enfrentava e o país, ao instituir um regime democrático em 1931, se configurava como uma exceção no período entreguerras, uma vez que a década da depressão assistiu metade dos países europeus guinarem para regimes autoritários (PAYNE, 2008, p. 3).

O 14 de abril de 1931 foi amplamente festejado numa “atmosfera de festa popular” nas ruas e tavernas, mas paralelamente provocou o “ranger de dentes” em meio a oficiais e autoridades eclesiásticas. Porém, àquele momento, raríssimos eram os que, à esquerda ou à direita, consideravam a guerra um meio para solucionar os problemas espanhóis (PRESTON, 1994, p. 8).

Muitos intelectuais, políticos, escritores e cientistas participaram do corpo legislativo da república, e viram a oportunidade de colocar o país nos trilhos do progresso e da democracia. A Carta Magna foi aprovada em dezembro de 1931, refletindo as aspirações dos partidos republicanos de esquerda que priorizavam a liberdade e a justiça dos trabalhadores de todo o país. (SALVADÓ, 2008, p. 58). Reformas radicais foram postas em prática pelo governo de Azaña, que deu início à reforma agrária, sancionou a proteção aos trabalhadores, avançou no ensino laico e buscou sanar os problemas das desigualdades entre os sexos. Os anos subsequentes à implantação da Segunda República foram marcados por sucessivas disputas políticas entre projetos democráticos e conservadores, ou seja, entre reformas e contrarreformas. As eleições de 1933 demarcaram, com a vitória dos partidos de direita e centro-direita (A Confederação Espanhola de Direitas Autônomas – CEDA e o Partido Republicano Popular – PRP), um período de combate às reformas feitas por seus antecessores. Data deste período a criação da Falange Espanhola – FE, por José Antonio Primo de Rivera – filho do ditador Primo de Rivera que governara a Espanha até 1930. Os discursos do partido eram muito semelhantes aos do fascismo italiano. Outro partido também surgiu neste período: as Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista – JONS. Em 1934, estes dois partidos de unem sob um discurso baseado no fascismo hitleriano e mussoliniano que atingira quase todos os partidos de direita da Espanha.

O mesmo processo ocorrerá entre os partidos de esquerda, que se fundiram entre os partidos que defendiam a revolução social como a saída

para libertação da classe trabalhadora da burguesia (a Confederação Nacional do Trabalho – CNT e a Federação Anarquista Ibérica - FAI) e os partidos socialistas que defendiam reformas graduais como alternativa para as mudanças sociais e econômicas da classe trabalhadora. Com o objetivo de derrubar o governo conservador que tomava conta da política da Espanha, em outubro de 1934 várias sublevações de esquerda ocorrem em diferentes partes do país, e muitas dessas regiões passaram a se opor às ordens do governo central. Nesse contexto, o governo central optou pelo uso da força e uma rigorosa operação militar foi organizada e liderada pelo general Francisco Franco. Rapidamente o exército deteve o levante socialista nas Astúrias, provocando uma carnificina (BUADES, 2006).

A crise do governo conservador se aprofundou com diversos escândalos de corrupção e a falta de consenso entre os seus membros. Os partidos de esquerda decidiram se unir em uma Frente Popular composta por socialistas, comunistas, republicanos de esquerda, trotskistas e um setor de anarquistas. Com as eleições de 1936 as esquerdas voltam ao poder com a vitória da Frente Popular. No entanto, têm-se o início de diversos conflitos por parte dos partidos contrários às eleições da Frente e de anarquistas que eram contrários ao Estado, entendido como burguês e opressor. Aproveitando-se desta instabilidade política e popular, os militares orquestraram um golpe militar e, os dias 18 e 19 de julho avançaram contra o governo da Frente Popular.

Graham (2013) afirma que o objetivo da do golpe militar contra a República em 1936 “[...] foi um velho recurso aplicado a um novo objetivo: deter a democracia política de massas iniciada sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, e acelerada pelas subseqüentes mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas nas décadas de 20 e 30” (p.11). Essa tática já tinha sido utilizada em países como a Alemanha e a Itália, Estados que se tornaram fascistas a partir do golpe militar. As desigualdades presentes no desenvolvimento do país na década de 1930, a força da visão maniqueísta representada pelos ideais do catolicismo e a rigidez que o Exército representava em sua ação política foram os fatores que propiciaram a deflagração da Guerra Civil na Espanha.

La Sección Femenina de la Falange e Assistência Social

Conforme vimos, a Espanha, após a implantação da Segunda República, promoveu avanços sociais notáveis na sociedade, o que propiciou mudanças consideráveis nos tradicionais papéis sexuais que há muito prevaleciam na sociedade do país. As mulheres foram um dos públicos que se beneficiaram dessas transformações sociais, culturais e econômicas, que, com o tempo gestaram a “nova mulher espanhola” a qual, ao abandonar hábitos antigos ligados ao seu sexo, foi integrada ao cotidiano das cidades onde personagens como as feministas, as comunistas, as anarquistas, as trabalhadoras, as universitárias, dentre outras, passam a fazer parte do cenário espanhol (ALVES, 2015, p. 2).

Abreu (2010, p. 172) aponta para os avanços que influenciaram o status social da mulher. A legalização do aborto, do casamento civil e do divórcio, a igualdade nos direitos trabalhistas e o direito ao voto foram conquistas que reverteram o estatuto de minoridade das mulheres que vigorava na Espanha. A presença feminina se expandiu ainda pelos espaços públicos; a participação feminina nas Cortes Constituintes e no Parlamento, no trabalho e na economia passam a fazer parte de uma nova realidade social que se contrapunha aos regressos característicos dos governos conservadores anteriores (ALVES, 2015, p. 3).

No entanto, essa nova realidade não agradou as forças conservadoras da Espanha que, logo se organizaram em torno de um objetivo em comum: retomar o poder e barrar os avanços sociais e culturais experimentados até então. O governo de Francisco Franco representaria uma suposta busca pelos anos gloriosos da Espanha, resgatando seus antigos valores e se contrapondo à República, que emergiu em um contexto de transformações progressistas em que o discurso conservador não se enquadrava mais (ALVES, ARROYO e SÁ, 2018, p. 2).

Acrescenta-se ainda que as discussões científicas e médicas sobre a condição feminina avançam a partir do século XIX e, teorias como a da diferenciação sexual, elaboradas por meio da análise do organismo feminino, ganham grande repercussão na sociedade civil. Na Espanha, Gregorio Marañón (1887-1960), médico e intelectual espanhol, foi o responsável por pesquisar e elaborar a fundo a tese médica acerca das diferenças entre os sexos. Para ele, as mulheres não seriam inferiores aos homens – conforme

defendia a filosofia até então – mas diferentes sexualmente devido à sua natureza física que era composta por órgãos sexuais primários – anatômicos – e secundários – os funcionais.

Ao definir a diferenciação sexual, Marañon imprimiu em cada sexo uma função no campo social. Os órgãos sexuais secundários seriam os responsáveis por prover ao corpo feminino músculos mais frágeis inseridos em ossos mais delicados, condição que prejudicaria o desempenho profissional das mesmas no trabalho e nos esportes; já a formação física masculina, os possibilitava exercer atividades externas, na esfera pública – como o trabalho e os esportes. Às mulheres, caberia concretizar a função biológica da maternidade:

Esta [a mulher], não só não possui tempo, como deve ser, teoricamente, fértil e múltipara, durante os melhores anos de sua vida, para outra coisa mais importante do que para gestar e criar os seus filhos; ademais, seu organismo não possui, em condições habituais, aptidão para a luta com o meio ambiente, que podemos utilizar para entendermos brevemente a 'atuação social' (MARAÑON, 1926, p. 27-28 apud ORTEGA, 2001, p. 98, tradução nossa).

Portanto, as atividades sociais, de homens e mulheres, seriam obrigatoriamente condicionadas pelos órgãos sexuais e pelo instinto sexual. Tal concepção estava, na visão de Marañon, de acordo com os preceitos bíblicos visto que no Gênesis, após a criação dos homens, Adão se dedicará ao trabalho e Eva, a mãe de todos, para perpetuar a vida dos homens¹. Os argumentos do médico também tinham por base a vida primitiva dos homens, reafirmando o papel destes no trabalho e nas lutas, enquanto garantia de sobrevivência, e das mulheres na perpetuação da espécie (ORTEGA, 2001, pp. 98-99).

Portanto, as crenças na diferenciação sexual feminina elaboradas pelo discurso científico e a sua suposta neutralidade médica, acabava por referendar as práticas sociais delimitadas pelos sexos e que, na prática, impunham às mulheres uma posição de subalternidade. Foucault (1984) ao procurar compreender como as discontinuidades dos discursos promovem

¹ “À mulher ele disse: ‘Multiplicarei os sofrimentos de tua gravidez. Entre dores darás à luz os filhos. Teus desejos te arrastarão para teu marido, e ele te dominará’. Ao homem ele disse: ‘Porque ouviste a voz de tua mulher e comeste da árvore, de cujo fruto te proibi comer, amaldiçoado será o solo por tua causa. Com sofrimento tirarás dele o alimento todos os dias de tua vida” (BÍBLIA, Gênesis. Português. In: Bíblia Sagrada. Tradução de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Brasília: Editora Canção Nova, 2012, p. 17-18).

modificações de “proposições aceitáveis” no meio científico em um curto espaço de tempo, chama a atenção para como os discursos científicos são regidos por verdades que, ao serem disseminadas, geram efeitos de poder na sociedade. Os discursos científicos seriam, para o autor, produtores de verdades aparentemente “incontestáveis”. Tal perspectiva nos auxilia a compreender como os princípios científicos de Marañon ganharam destaque na Espanha no início do século XX, de forma a influenciar as atividades políticas tanto dos setores conservadores quanto dos membros da Frente Popular e do movimento anarquista (SILVA, 2017, p. 51).

Essa noção de feminino se trata de uma ideia historicamente construída no Ocidente. Sua finalidade consiste na diferenciação entre os sexos por meio da atribuição de características sociais e culturais concebidas como componentes da natureza feminina, conferindo à mesma um imobilismo social. O marco primordial dessa diferenciação seria um conjunto de características – a fragilidade, a beleza, a emoção, a ausência de conteúdo – expressas como um contraponto do masculino, este sim um reconhecido ser social (SOARES, 2019). A mulher, seria definida a partir do homem e como oposição ao mesmo – “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele”. Destarte, “a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2016, p. 12-13).

Nesse sentido, o avanço fascista no segundo ano de guerra selou o projeto de retorno das mulheres às suas funções “naturais”, aprovando em 1938 durante o *Fuero del Trabajo* uma legislação restritiva à atuação feminina na esfera pública, sob a premissa de que as mulheres deveriam ser protegidas das atribuições do trabalho e de atividades exteriores ao espaço doméstico (ALVES, 2015, p. 4). Esse foi o prelúdio de uma série de leis aprovadas durante o Primeiro Franquismo, cujo enfoque seria o reestabelecimento da mulher espanhola em seu antigo e tradicional papel domiciliar, justificado através de textos bíblicos e de discursos de moralistas, políticos, cientistas – como os textos médicos de Marañon, anteriormente citado - e filósofos².

² “A submissão da mulher ao homem baseava-se na interpretação do Gênesis, a dedicação exclusiva às tarefas de esposa e mãe era retirada do livro dos Provérbios, e aos pais da própria Igreja, se bem que frequentemente, filtradas a partir de tratados do século XVI acrescidos de biologismos e inatismos decimonômicos. Abundavam citações, máximas e sentenças de

Posteriormente, outras medidas legais foram tomadas com o intuito de intensificar a domesticidade feminina e, gradualmente as mulheres foram limadas de seus ambientes de trabalho. Outras legislações voltadas para as famílias foram sendo implantadas. Com o tempo, as mulheres progressistas que tinham destaque na vida pública espanhola ou desapareceram nas prisões ou foram obrigadas a se exilar em outros países (ABREU, 2010, pp. 172-173).

A *Sección Femenina*, SF – entidade feminina responsável pelas políticas de gênero orquestradas pelos conservadores, cuja ação foi demarcada pelo regresso político, religioso e moral – havia sido criada em 1934 como uma pequena ala auxiliar da Falange. Com a eclosão da Guerra Civil a entidade cresceu vertiginosamente como uma organização composta por mulheres alinhadas aos princípios do nacionalismo. Liderada por Pilar Primo de Rivera – irmã do criador da Falange, José Antônio Primo de Rivera –, a entidade chegou a ter cerca de meio milhão de afiliadas até o ano de 1939, que participaram do projeto de construção da “nova Espanha” por meio do resgate de seu “glorioso passado” e de seus valores tradicionais (ENDERS, 1992, p. 673).

Suas atividades se assemelhavam às dos grupos de mulheres dos regimes fascistas europeus do período – como a *Winterhilfe* na Alemanha e a *Fasci Femminili* na Itália –, que realizavam serviços de assistência social ao mesmo tempo em que difundiam as políticas e as doutrinas do nacional-sindicalismo. As falangistas eram ainda encarregadas da alimentação, da fabricação de uniformes, do cuidado com os soldados e também da realização de missões educativas por toda a Espanha. Com o intuito de expandir a sua zona de influência, utilizaram a publicação de revistas como um recurso para disseminar a sua doutrina e os seus ideais expressos por textos didáticos, com uma linguagem emocional, que transmitiam por meio de simbolismos um modelo de mulher ideal, moral, elegante e inteligente - características que deveriam compor as atitudes e os valores das mulheres falangistas.

A criação do serviço social obrigatório em janeiro de 1937 circunscreveu o caráter das ações da SF. Todas as mulheres espanholas entre 17 e 35 anos deveriam prestar trabalhos à SF durante o período de seis meses. Suas

personalidades ilustres como santos, moralistas, papas além de políticos, escritores e filósofos de épocas e orientações distintas. No entanto todos eles coincidem em definir uma mulher padrão na qual convivem força e fragilidade, capacidade educativa e necessidade de tutela, sensibilidade, astúcia, pureza e tentação” (DI FEBO, 2003, p. 8 apud ALVES, 2015).

atividades se assemelhavam ao serviço militar obrigatório destinado aos homens durante a Guerra Civil pois, as suas atribuições vinham com uma carga de compromisso para com a nação: o de reconstruir as áreas destruídas pela guerra, principalmente por meio da assistência social destinada às mulheres viúvas e às crianças (ALVES, 2015). O sacrifício e o cuidado por meio do serviço voluntário seria a atividade primordial das mulheres falangistas:

Se afirmava neles [os estatutos da SF que foram aprovados no Conselho Nacional] [...] a “vontade de permanecer em posto voluntário e permanente de sacrifício diante do corpo da Espanha. E, de uma vez para sempre, definia a sua verdadeira natureza e posição: “A Seção Feminina declara que a finalidade essencial da mulher, em sua função humana, é servir de perfeito complemento ao homem, formando com ele – individual ou coletivamente – uma perfeita unidade social” (Revista Y, 1938, Fevereiro, p. 5, tradução nossa).

No entanto, as ações da instituição não se restringiram apenas às atividades de assistência social visto que as mulheres também eram incentivadas a exercer outras ocupações como: a puericultura, a docência e a enfermagem. Também deveriam participar de cursos profissionalizantes e formativos nas *Escuelas de Hogar*, cujas disciplinas eram baseadas nos princípios do cristianismo, na cultura espanhola e na domesticidade feminina (ALVES, 2015, pp. 8-9).

No ambiente privado, a função das mulheres, sob a ótica da SF, seria a de exercer as suas funções tidas como naturais: a maternidade, os cuidados com o lar e com o marido, que ocupava o espaço público, trabalhando para prover o lar. Essas funções “naturais” possuem historicidade, na medida em que são representações de papéis construídos ao longo do tempo sob o olhar masculino, e que, portanto, revelam as dinâmicas das relações de poder que produziram a alteridade feminina. Tal pensamento foi absorvido pela doutrina cristã, que a partir do poder simbólico da reprodução, retirou das mulheres a liberdade de criar o seu próprio destino, lançando as bases das práticas culturais que garantiram o espaço das mulheres no lar, reduto de Deus (TEDESCHI, 2012, pp. 87-88).

No entanto, o poder de reproduzir os sujeitos que constituiriam as novas gerações do Estado estava nas mãos das mulheres, sendo elas as responsáveis pela educação das crianças partícipes do corpo social. A função de educar seus próprios filhos deu a elas um *status* social visto que deveriam

educar os homens de amanhã, situação que, ao invés de libertá-las de sua função de procriar, as aprisionavam, mais uma vez, ao espaço do lar (TEDESCHI, 2012, p. 89). Conforme depreende-se de suas publicações, a SF deu expressiva importância no que concerne a criação das crianças que constituiriam a Nova Espanha sob o regime falangista, afirmando a urgência de inculcar nos filhos da nação os ideais do nacionalismo:

Que tremenda tarefa a das mulheres da nova Espanha! Que gloriosa e difícil tarefa! Se trata nada de menos que educar o país, de educá-lo no mais difícil, em que não se pode regular por livros, que não se pode definir exatamente em um discurso. [...] Os homens ensinarão a nossos filhos as leis e as técnicas, amor à Pátria e desdém pela morte; mas as mulheres... [...] O trabalho da mulher é aperfeiçoar a sensibilidade da nova geração, na criança, no adolescente e no jovem, como mãe, como namorada ou amiga. [...] Os homens fazem a guerra, salvam a Espanha da barbárie, muitos permaneceram na empreitada. Tereis um dever com eles, o de produzir uma nova geração que faça fértil o seu sacrifício. Com o sorriso, a beleza, o espírito e o coração, mãos à obra (Revista Y, 1938, Junho, p. 16, tradução nossa).

A “dignificação” da educação dos filhos era privilegiada pela SF. Em contrapartida, o trabalho fora do lar era combatido pelos falangistas, que não tardaram em inculcar nas mulheres os malefícios do trabalho para o seu sexo, conforme vemos em um texto do Doutor Juan Bosch Marin, publicado no periódico:

Que influência exerce o trabalho na mulher? Influi notavelmente sobre o seu organismo; influi sobre as funções da maternidade, sobre a natalidade, o número de filhos e sobre a mortalidade infantil. A ação prejudicial do trabalho se manifesta na medida em que aumenta o número das enfermidades característica da mulher [...]. [...] A diminuição da nupcialidade e da natalidade que se acentua nos centros industriais, os perigos que para a família supõe o trabalho feminino, que se converte em uma verdadeira praga social, como pode ser a tuberculose ou outra doença, se faz indispensável à organização da luta contra o trabalho feminino, especialmente fora do lar. Sábia é a política do Estado Nacional-sindicalista, que assim o vê e se apressa em remediá-lo (Revista Y, 1938, Abril, p. 20, tradução nossa).

A repulsa ao trabalho remunerado feminino, presente na SF, seria um sintoma de um processo mais geral de desestímulo ao mesmo por meio de legislações, preocupações morais, argumentos religiosos, higienistas e jurídicos, que associavam as trabalhadoras a desvios morais e de conduta. O trabalho na esfera pública seria uma atividade inerente ao sexo masculino, que nela alcançavam a ética do provedor da família, o prazer, a subjetividade

e a realização pessoal. Portanto, ser homem dizia respeito à subjetivação dos valores do trabalho, que compunham as representações esperadas do sexo masculino (BORELLI, MATTOS, 2019).

A denúncia e o combate ao trabalho remunerado feminino, uma extensão das atividades da mulher longe de casa, foram elaborados sob a justificativa de que o trabalho degenerava as famílias e a moral das mulheres, vistas como ímpias por exercerem uma atividade que não era domínio de seu sexo. Segundo Lipovetsky (2000), ainda que possamos identificar a proposição de que as mulheres deveriam cuidar do interior, do lar desde tempos imemoriais, nem sempre esta foi a realidade das mulheres. Nas sociedades pré-modernas, as mulheres das camadas populares e camponesas passavam a maior parte de seu tempo longe do lar. As preocupações quanto ao bem-estar das crianças eram relativas diante da prioridade em exercer as suas atividades nas colheitas ou no comércio (LIPOVETSKY, 2000, pp. 204-205).

No entanto, é a partir do século XIX que surge a mulher que se dedica única e exclusivamente às atividades do lar, visão normativa em que as tarefas femininas, sobretudo das mulheres das classes burguesas, se tornaram parte de um ideal de mãe, esposa e dona de casa, inteiramente dedicada à felicidade e comodidade da família, “o lar era a quintessência do mundo burguês” (HOBBSAWM, 2015, p. 350). Posteriormente, o arquétipo da mulher sem profissão se espalha por todas as camadas sociais, ainda que fosse combatido por operárias e feministas que reivindicavam a atuação das mulheres na esfera pública e a igualdade salarial (LIPOVETSKY, 2000, p. 208).

Outro aspecto que compunha os princípios morais da SF era a devoção ao cristianismo. Nas publicações do periódico, é recorrente imagens da rainha Isabel, a Católica e de Santa Teresa de Ávila – patrona da SF –, personalidades que teriam as suas histórias recriadas (GENEVOIS, 1993, p. 234) e que foram escolhidas não por acaso, mas por representarem a missão que as mulheres falangistas deveriam realizar em seu país: a submissão à maternidade e à divindade, traços de valores tradicionais presentes nessas figuras, que foram disseminados com a proposta da recriação da moral cristã, parte do passado imperial espanhol. A virgem Maria, apresentada como sinônimo de um ideal feminino dócil, materno e imaculado, que fornece conforto espiritual, era um tema recorrente nos periódicos da SF pois, a representação da virgem ia de

encontro com a função social que as imagens das santas, sobretudo da virgem, tiveram ao longo da modernidade (ANCHIETA, 2021).

Essas imagens produzidas ao longo do tempo não estavam desprovidas de um propósito social e político: a sua imagem e representação exprimiam um tipo de comportamento ideal esperado das mulheres casadas, uma espécie de pedagogia da boa esposa, que tinha como antagonista as prostitutas e as cortesãs (ANCHIETA, 2021, pp. 28-29). Esta lógica se enquadrava nas ações e produções das mulheres da SF, que ao combater as mulheres “virilizadas” pela esquerda e pelos direitos civis, propunha o regresso ao lar adaptado à doutrina e à moral católica:

Nos Acampamentos, as meninas são educadas nas tarefas típicas das mulheres, mas junto a isso ensinamos nossa doutrina nacional-sindicalista, a moral mais severa e a religião mais profunda. [...] Como vê, tanto quanto possível, atendemos o quanto é possível a mais completa formação dos nossa juventude. Queremos que no dia de amanhã nossas meninas sejam os alicerces mais fortes de nossos lares cristãos e espanhóis. Que nessas casas o marido encontre, não só descanso material em suas tarefas, mas descanso espiritual. Que saiba que na luta pela defesa dos seus interesses materiais e em defesa da Pátria, tem em casa quem mais o incentiva, quem mais o ajuda e quem melhor o compreende (Revista Y, 1938, Setembro, p.13, tradução nossa).

Portanto, o objetivo da SF juntamente com a *Falange Española Tradicionalista y de las Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista*, seria realocar as mulheres em seus espaços privados e familiares sob o discurso do lugar natural destinado à mulher presentes nos discursos médicos, religiosos e do Estado. Longe de propor uma sexualidade autônoma, a SF buscou reconstruir e valorizar a importância da mulher falangista tida como um braço direito do Estado e, acima de tudo, dos homens, exercendo as suas funções biológicas e voluntárias de ajuda ao próximo. Sem autonomia sobre o seu corpo e o seu destino, caberia às mulheres a procriação, sendo negada a sua sexualidade e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento humano e sexual. A elas era recusado o prazer e o controle de natalidade: ações que priorizavam relações sexuais respeitadas e valorativas entre homens e mulheres.

Portanto, se o fascismo espanhol propunha a limitação da mulher ao espaço doméstico e a castração de sua sexualidade – conforme evidenciado no enfoque dado à figura da “Virgem imaculada” nos periódicos da Seção Feminina da Falange, paralelamente à virtual ausência de matérias que

abordem diretamente o tema da sexualidade nestes mesmos escritos – projetos antagônicos agitaram a Espanha e se confrontaram diretamente nos anos da Guerra Civil. Dentre eles, destacam-se as mulheres anarquistas organizadas no grupo *Mujeres Liberes*, que empunharam como bandeiras a emancipação das mulheres frente ao Estado, aos homens e até mesmo à Igreja e sua divindade.

Mujeres Libres da Espanha (1936-1939)

Os avanços ocorridos na década de 1930 na Espanha também teve como alguns de seus principais atores anarquistas que compunham a *Confederación Nacional del Trabajo* – CNT, a *Federación Iberica de Juventudes Libertarias* – FIJL e a *Federación Anarquista Ibérica* - FAI, organizações que ganharam destaque devido às ações de coletivização das fábricas e fazendas, propiciando uma experiência de autonomia no ínterim da revolução social, tida como a solução para pôr fim a ordem burguesa.

No entanto, se por um lado os anarquistas empenhavam esforços com o objetivo de construir uma sociedade mais igualitária - assumindo para tal uma crítica radical à estrutura de dominação e poder que teriam lócus no Estado e suas hierarquias inerentes -, um problema ainda permanecia um tanto à margem dos debates mais gerais desses grupos: a questão sexual que afetava as relações de dominação sobre as mulheres espanholas (SILVA, 2017, p. 45).

De acordo com Ackelsberg (2019), o tema da emancipação era central nas discussões teóricas do anarquismo, o que favoreceu o questionamento das mulheres anarquistas acerca das redes de dominação que afetava diretamente as mulheres na sociedade. Para os homens, este problema seria abolido a partir da revolução social visto que a emancipação de todos os trabalhadores e a implantação de relações sociais mais igualitárias já seriam suficientes para a emancipação das mulheres. Essa perspectiva acabou por tornar a questão secundária dentro do quadro mais geral de aspirações do anarcossindicalismo.

Partindo do pressuposto de que a revolução social era um pré-requisito à liberação feminina, mas que a última não emergiria daquela de maneira

mecânica, Lucía Sánchez Saornil, Amparo Poch y Gascón e Mercedes Comaposada deram início à organização denominada Mujeres Libres – ML em 1936, assumindo a questão das mulheres na sociedade espanhola com o mesmo grau de importância e urgência, a fim de conquistar espaço entre as prioridades da revolução social e empoderar as mulheres espanholas dentro e fora dos lares (NASH, 1977, p.17; ACKELSBURG, 2019, pp. 64-65).

A eclosão da Guerra Civil foi o pontapé para o processo de revolução social, possibilitando a rápida expansão da organização por cidades, que foi apoiada por lideranças femininas nas comunidades locais da Espanha e pelas redes de solidariedade construídas durante a guerra. Durante os seus três anos de existência, a organização chegou a ter cerca de 20.000 afiliadas distribuídas em 150 agrupamentos diferentes. Para as *Mujeres Libres*, a educação e a profissionalização para o trabalho eram primordiais, pois, proporcionavam a educação e o desenvolvimento intelectual e do trabalho do sujeito, atividades que auxiliaram a superação da tripla escravidão da mulher espanhola identificadas nas instituições do Estado, da Igreja e do ambiente doméstico (EUGENIO; MOLINA, 2009, pp. 340-341).

As ações da ML - empenhadas em libertar as mulheres por meio da participação da vida pública, cultural e política -, também se fizeram presentes na criação da *Casa de la Dona Trabajadora*, espaço cultural fundado em Barcelona onde eram ministrados palestras, oficinas e cursos. Criaram também o *Instituto nocturno*, também denominado *Mujeres Libres*, destinado a incluir as mulheres no mercado de trabalho industrial por meio da oferta de cursos de História da Literatura, Gramática, História, Contabilidade, Aritmética, Geografia, Ciências Naturais, Puericultura, Enfermagem, Formação de secretárias, Redação, Propaganda, Mecanografia, além de cursos que eram tradicionalmente restritos ao público masculino como mecânica (RAGO, 2017, p. 17). A ML também se dedicou ao combate à prostituição em seus *Liberatorios de la Prostitución*, que segundo a revista *Mujeres Libres* de número 11, era vista como um reflexo da ausência de liberdade econômica pois, somente ela “torna possíveis as demais liberdades, tanto nos indivíduos como nos povos. São necessárias liberdade e igualdade econômica: igualdade de salários, igualdade de remuneração, igualdade de acesso aos meios de trabalho de todas as classes” (BIAJOLI; RAGO, 2017, p. 128).

Ademais, criaram uma revista também denominada *Mujeres Libres*, produzida e escritas por e para as mulheres espanholas, cujo enfoque era propor reflexões acerca da sua condição social, econômica e cultural e, ao mesmo tempo, criar uma cultura igualitária e solidária entre as mulheres e militantes anarquistas. Em seus 13 volumes, a revista trouxe diferentes temáticas em especial relacionadas ao “universo feminino” como: a maternidade, a prostituição, a infância, a moda e a ginástica, dando a elas um tratamento bem diferente frente àquele que propunha a submissão feminina, como nos periódicos da SF. Textos que refletiam sobre a política e a guerra também estavam presentes na revista, evidenciando o compromisso em chamar as mulheres para a reflexão da conjuntura política e para a sua ação política (RAGO, 2017, p. 18).

Uma nova constituição de si mesmas de modo a subverter a ordem social e de suas respectivas redes de poder, caracterizaram as atividades das *Mujeres Libres* durante os anos da Guerra Civil. Essas novas relações, que criam novos códigos éticos e de valores, permitiram a construção gradativa de uma nova subjetividade feminina entre as anarquistas espanholas, de forma a buscarem novas formas sociais, políticas e culturais que rompiam com a herança da sujeição feminina ao lar, ao marido, aos filhos e à religião (RAGO, 2008, p. 195). Em contrapartida, a questão feminina nos meios anarquistas enfrentava uma série de obstáculos que tinham como motivo a falta de consenso entre os trabalhadores acerca do lugar da mulher na revolução social.

O movimento anarquista tinha como referencial teórico duas posições principais, cada uma com a sua visão sobre o lugar da mulher na organização de trabalhadores: a visão proudhoniana, cuja perspectiva passava pela manutenção do papel doméstico e materno das mulheres anarquistas, e a visão bakuniana, que defendia que as mulheres eram iguais aos homens e deveriam, portanto, buscar a sua total incorporação ao trabalho remunerado. Os anarquistas espanhóis aderiram, na teoria, a perspectiva de Bakunin, no entanto, as práticas cotidianas de grande parte dos homens do meio libertário revelavam atitudes coniventes com o status da mulher do lar burguesa (ACKELSBURG, 2019, pp. 80-81). As dificuldades que as mulheres que compunham as organizações anarquistas encontravam devido à disputa de seu destino, seja como sujeito emancipado ou como cativa do lar, foi um tema

recorrente nas publicações de Lucía Sánchez Saornil na revista *Solidaridad Obrera*. Em 1935 ela escreve sobre a condição secundária da mulher ao longo de sua própria história, convenção criada pela dominação masculina:

A mulher foi na sociedade, até ontem mesmo, objeto do menosprezo mais humilhante. No século VIII, quando o ideal da humanidade era ideal religioso, [...] iniciou-se uma discussão a fim de checar se a mulher tinha alma. No primeiro terço do século XVIII, quando começavam a germinar as raízes dos direitos do homem, vieram à luz uma série de dissertações – em tom jocoso para maior escárnio – nas quais se colocava o problema a saber se a mulher era ou não um ser humano. E assim, através dos séculos, as sociedades fundadas por homens e integradas por homens relegaram a mulher aos últimos pontos da escala zoológica. Algumas vezes a chamaram de animal de prazer, mas eu lhes asseguro que isso não foi senão o testemunho atormentado e passivo da voz do prazer dos demais (SAORNIL, 2015, p. 38).

A condição social da mulher atrelada à sua função biológica, de forma a sexualizar por completo o organismo feminino foi, conforme vimos, criada a partir do século XIX por um discurso baseado em uma suposta neutralidade científica, tendo como um de seus porta-vozes na Espanha o médico Gregorio Marañón, anteriormente citado. A perspectiva da diferenciação sexual de Marañón não era completamente incompatível com o imaginário anarquista e nem se restringia ao mundo ibérico, ao contrário, há similitudes notáveis com o pensamento proudhoniano acerca do lugar a ser ocupado pela mulher na sociedade e sua justificativa supostamente biológica (PENNA, 2017, pp.14-27). Na Espanha do início do século XX identifica-se ainda uma insistente permanência destas proposições aparentemente científicas no meio libertário para defender a manutenção da domesticação feminina expressa em uma corrente patriarcal do anarquismo, cuja figura principal era Ricardo Mela (SILVA, 2017, p. 51). Ao relatar a abordagem de um “camarada”, defensor da sujeição feminina, a militante Lucía Sánchez Saornil, criticou as ideias deste “companheiro” em seus escritos e as apontou como diametralmente opostas ao seu projeto de sociedade:

As palavras daquele companheiro manifestam o que venho dizendo desde o início desta campanha: a falta de preparação dos companheiros, o pouco que foi feito nesta questão foi algo extremamente negativo. Acusa-se, antes de tudo, a falta de unidade em torno do critério escolhido. A partir disso, seguiram-se muitos males para o nosso movimento. Ele se lamentava daquilo que para mim era a principal causa de satisfação: que as mulheres rompessem com a tradição que tornavam-nas dependentes dos homens e saíssem para o mercado de trabalho em busca de sua independência econômica. A ele

isso causava dor ao passo que [a] mim causava regozijo, porque sabia que o contato da mulher com a rua, com a atividade social seria um estímulo que acabaria despertando nela a consciência de sua individualidade (SAORNIL, 2015, p. 41).

Portanto, a situação feminina, mesmo no meio anarquista, era desafiadora, na medida em que se disputavam o papel da mulher, que era destinado ou ao espaço doméstico e à maternidade ou a participação no mundo do trabalho e na esfera pública em geral. Mas também a vida íntima e sexualidade das mulheres foram alvo de debates e contestação no meio libertário. Destarte, a questão da sexualidade feminina não ficou restrita ao domínio dos médicos higienistas dos séculos XIX e XX. Autoras e autores anarquistas se debruçaram sobre a temática, afirmando, em muitos casos, que o desenvolvimento pleno das mulheres e dos homens tinha como uma de suas expressões a liberdade sexual. Alinhadas à crítica anticlerical, as ideias de castidade, monogamia e de fidelidade seriam heranças da dominação cristã e, portanto, deveriam ser substituídas na sociedade anarquista pelo amor livre, pelo controle de natalidade e pelas estruturas familiares igualitárias (ACKELSBURG, 2019, p. 84).

A separação entre o sexo para a reprodução e para o prazer também foi alvo de debates entre os anarquistas, que passaram a compreender os relacionamentos entre homens e mulheres sob um novo ponto de vista, em que o amor e o matrimônio assumem outros significados alheios ao cristianismo e ao Estado. As relações familiares e sexuais seriam, portanto, expressões de igualdade nas diferenças, em que as liberdades seriam resguardadas longe dos julgamentos morais da sociedade (ACKELSBURG, 2019, pp. 90-93).

No texto chamado *Elogio del amor libre*, presente na revista número 3 de julho de 1936, Amparo Poch y Gascón trata das relações afetivas entre mulheres e homens anarquistas, dando uma série de conselhos acerca da necessidade de se cultivar novas formas de relação entre os sexos, de forma a preservar a autonomia de ambos:

Multiplique a sua capacidade de amor, mulher, mas... Pense que o sentimento também não lhe dá direito sobre ninguém, nem a faz objeto de propriedade. Pense que, por maiores que sejam a paixão do prazer e o prazer da paixão, não devem arrastá-la em sua torrente; e que, se em uma hora gloriosa, extraviar seus sentidos, jamais deve perder sua própria vontade. Pense que o homem amado tem a sua

alma, seus ideais, seus interesses, sua personalidade, enfim, que somente em alguns pontos coincidirá com a sua; mas que a mais perfeita coincidência não supõe absorção de um pelo outro (BIAJOLI; RAGO, 2017, p. 133).

A liberdade como princípio fundamental a gerir os relacionamentos seria o meio de desenvolvimento da sexualidade e contribuiria para a própria formação da mulher como sujeito em sentido amplo, implicando, para a militante fundadora das *Mujeres Libres*, na necessária superação do papel limitado e restrito do protótipo da “mulher-esposa” pelo “eu livre”:

A Vida já está farta da Mulher-esposa, pesada, demasiada eterna, que perdeu as asas e o gosto pelo deliciosamente pequeno e pelo nobremente grande; está farta da Mulher-prostituta, a que já não toca senão a raiz sucintamente animal; está farta da Mulher-virtude, séria, branca, insípida, muda... Crie o novo tipo; ponha sal na Vida; cor e chama em beijos desiguais. Ame, fale, trabalhe. Compreenda, ajude, console. Aprenda a desaparecer e a desobrigar de sua presença; e a conhecer o valor do “eu” livre. Sem nada; nem por dinheiro, nem por paz, nem por sossego.... Amor Livre! (BIAJOLI; RAGO, 2017, pp. 134-135).

Portanto, por meio de ações contra o suposto “lugar natural” ocupado pelas mulheres, construídos pela ciência, pela cultura e pela moral masculinas, as *Mujeres Libres* procuraram, assim como as feministas de ontem e de hoje, revisitar as origens da sujeição feminina ao mesmo tempo em que propuseram a construção de novas subjetividades pessoais e sexuais sob outros parâmetros conceituais. O feminismo dos anos 1920 e 1930, ao questionar os princípios do liberalismo, sustentados a partir da exclusão de muitos sujeitos, constituiu a tentativa de inserir na esfera pública a igualdade na diferença, desfazendo as dicotomias entre o público-masculino e o privado-feminino, transformando essas questões em pautas políticas que deveriam ser debatidas em meio à sociedade (RAGO, 2001, p. 64).

Considerações finais: entre avanços e recuos

O ano de 1939 encerrou a guerra civil na Espanha, mesmo ano que marca, tradicionalmente, o início da Segunda Guerra Mundial, a partir da invasão da Polônia pelas tropas nazistas, no mês de setembro. O regime franquista, apesar de aliado de primeira ordem do nazifascismo, manteve-se

neutro e, possivelmente graças a isso, sobreviveu ao colapso do Eixo, ao final do conflito mundial. Os três longos anos de guerra civil certamente influenciaram a não adesão ao confronto entre nações. Em 1939, tanto a produção agrícola como industrial haviam caído cerca de um quarto em comparação com o ano de 1929, 10 anos antes. Assim como a produção, também a renda despencou, o que fez com que “os anos 1940 sejam lembrados na Espanha como uma década miserável de privações” (LANNON, 2002, p. 87, tradução nossa).

O pós-guerra engendrou uma sociedade que impediu uma solução conciliadora aos antagonismos que a geraram, ao contrário, formou-se uma “sociedade de vencedores e vencidos”. Lannon arrisca afirmar que a Igreja Católica angariou um apoio estatal ainda maior do que dispunha desde o século XVIII e, assim, “governo e igreja combinados para pregar ordem, hierarquia e disciplina” deram a tônica do triunfo da contrarrevolução (LANNON, 2002, p. 87, tradução nossa).

O resultado que esta vitória contrarrevolucionária impingiu ao destino das mulheres espanholas é bastante auto evidente. A busca pela reconstrução de uma hegemonia ameaçada convocou as mulheres de volta para o lar, para uma vivência pudica, controlada e para uma sexualidade castrada e submissa. A *Revista Y/Revista para la mujer* foi um importante instrumento usado nesta batalha. Coerente com os princípios autoritários fascistas, era escrita basicamente por homens, mas voltada para as mulheres. Seus escritos orientavam o “bom proceder” feminino e se contrapunham aos anseios de liberdade, autonomia e participação na esfera pública, expressos pelas antagonistas *Mujeres Libres*.

Porém, ainda que derrotado, o projeto libertário feminino lançou sementes de insubmissão e permaneceu ao menos como uchronia – entendida como um passado desejado que falhou em se consolidar devido a uma interrupção. Se, conforme aponta Löwy em referência à Benjamin, “do ponto de vista dos vencidos o passado não é senão uma série interminável de derrotas catastróficas” (LÖWY, 2002, p. 204), seria preciso participar do “encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa”, pois os antes derrotados nos deixaram a “oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido” (BENJAMIN, 1987, p. 231).

As últimas décadas do século XX, especialmente ao final da década de 1960, tradicionalmente entendida como período da “segunda onda feminista”, em diferentes regiões do mundo, com diferentes ritmos e bandeiras de luta, reivindicações por direitos para as mulheres ganharam a esfera pública e conseguiram significativos ganhos em termos de legislação e políticas públicas. Se a “primeira onda” exigiu igualdade política e civil” nos anos 1970, a “segunda onda” concentrou e deu maior destaque aos direitos sexuais e familiares para as mulheres” (WALTERS, 2005, p. 137).

A progressiva incorporação de direitos e ampliação da margem de atuação política, social e econômica da mulher parecem adentrar o século XXI. Porém, o atual crescimento das extremas-direitas no mundo e suas políticas regressivas no que diz respeito às liberdades femininas nos estimulam tornar os olhos para as experiências vividas nos polarizados anos do Entreguerras. Conforme defende Jean Chesneaux em relação ao ofício historiográfico, o passado é uma “zona asperamente disputada” para a qual direcionamos nosso olhar a partir dos anseios do momento vivido (CHESNEAUX, 1995, p. 24). Frente a um presente incerto, vale retomar o que Claudine Monteil afirmou em referência à produção intelectual de Simone de Beauvoir. Quando, em entrevista concedida à jornalista Laurence Ostolozza, foi perguntada sobre os avanços alcançados pelas mulheres na década de 1990, respondeu:

Creio que Simone de Beauvoir diria em primeiro lugar que nada pode ser dado como certo e que devemos estar atentas, pois em caso de crise econômica e em qualquer situação difícil, a condição das mulheres é imediatamente colocada em perigo. (MONTEIL, 1999, transcrição e tradução nossa)³.

Referências Bibliográficas

ABREU, I. M. de. A mulher na Espanha de Franco: uma leitura de El príncipe destronado, de Miguel Delibes. **Todas as Musas**, nº 1, 2010. pp. 165-180.

ACKELSBERG, M. A. **Mulheres Livres**: a luta pela emancipação feminina e a Guerra Civil Espanhola. Trad. Júlia Rabahie. São Paulo: Elefante, 2019.

³ Transcrição do original : « Je crois que Simone de Beauvoir dirait d’abord que rien n’est jamais acquis et qu’il faut faire très attention que en cas de crise économique et dans toutes situations difficiles, immédiatement la situation des femmes est en danger. » Vale observar que esta frase foi adaptada e é recorrente e erroneamente atribuída como sendo um trecho diretamente extraído dos escritos de Simone de Beauvoir, notadamente de “O Segundo Sexo”.

ALVES, I. G. La Sección Femenina de la Falange e Assistência na Espanha do Primeiro Franquismo. **Hispanista**, vol. 16, 2015. pp. 01-10.

ALVES, I. G.; ARROYO, M. A.; SÁ, A. C. de. A Sección Femenina de la Falange Española: o lugar das mulheres no regime franquista. In: Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2, 2018, Criciúma, SC. **Anais...** Criciúma: UNESC, 2018. pp. 1-8.

ANCHIETA, I. **Imagens da Mulher no Ocidente Moderno 1**: Bruxas e as Tupinambás. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. [2º Ed.]

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. [3º Ed.]

BENJAMIN, W. Teses Sobre o Conceito da História. In: BENJAMIN, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BIAJOLI, M. C. P.; RAGO, M. (Orgs.). **Mujeres Libres da Espanha**: documentos da Revolução Espanhola. São Paulo, SP: Biblioteca Terra Livre, 2017. [2º Ed.].

BÍBLIA, Gênesis. Português. In: **Bíblia Sagrada**. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Brasília: Editora Canção Nova, 2012. pp. 17-18.

BORELLI, A.; MATTOS, M. I. Trabalho. In: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. [2º Ed.] pp. 704-708.

BUADES, J. M. **A Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

_____. **Os Espanhóis**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ENDERS, V. L. Nationalism and Feminism: The Sección Femenina of the Falange. **History of European Ideas**, vol. 15, nº 4-6, 1992. pp.673-680.

EUGENIO, L. R.; MOLINA, G. S. Aportaciones de Mujeres Libres (1936-1939) desde la educación para la inclusión de mujeres obreras y campesinas. In: **Coloquio de Historia de la Educación**, 15., 2009. Pamplona. Anais eletrônicos... Espanha: Universidad Pública de Navarra, 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2963293>>. Acesso em 27 de julho de 2021.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. [4º Ed.]

GRAHAM, H. **Guerra Civil Espanhola**. Trad. Vera Pereira. Porto Alegre: L&PM, 2013. [1º Ed.]

GENEVOIS, D. B. Mujeres de España: de la República al Franquismo. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs.). **Historia de las Mujeres em Occidente 5**: el siglo XX. Trad. Marco Aurelio Galmarini. Madrid: Taurus, 1993. pp. 227-246.

HOBBSAWM, E. **A era do capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

LANNON, F. **The Spanish Civil War**: 1936–1939. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

LÖWY, M. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, vol. 16 no. 45, p. 199-206, 2002.

- LIPOVETSKY, G. **A Terceira Mulher**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- MONTEIL, C. Entrevista concedida à Laurence Ostolza. Janeiro/1999. **Arquivo do Institut National de l'Audiovisuel**. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=5JMKGiaBRF8&ab_channel=INASoci%C3%A9t%C3%A9 Acesso em 29 de junho de 2021.
- NASH, M. **Femmes Libres: Espagne, 1936-1939**. Claix : La pensée sauvage, 1977.
- ORTEGA, I. B. Gregorio Marañón: sexo, trabajo y deporte. **EF y el Deporte**, n° 1, 2001. pp. 97-102.
- PAYNE, S. G. **Franco and Hitler: Spain, Germany, and World War II**. Yale University Press, 2008.
- PAYNE, S. G. **The Spanish Civil War**. Cambridge University Press, 2012.
- PAYNE, S. G. **The collapse of the Spanish republic, 1933-1936: Origins of the civil war**. Yale University Press, 2006.
- PENNA, M. A. (2017). O Anarquismo e a questão das mulheres. **Revista Espaço Acadêmico**, 17(196), 14-27.
- PRESTON, P. **The Coming of the Spanish Civil War: Reform, Reaction and Revolution in the Second Republic**. London, Routledge, 1994.
- RAGO, M. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 15, n° 3, 2001. pp. 58-66.
- RAGO, M. Mujeres Libres: anarquismo e feminismo na Revolução Espanhola. In: BIAJOLI, M. C. P.; RAGO, M. (Orgs.). **Mujeres Libres da Espanha: documentos da Revolução Espanhola**. São Paulo, SP: Biblioteca Terra Livre, 2017. [2° Ed.]. pp. 13-26.
- RAGO, M. Novos modos de subjetivar: a experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola. **Estudos Feministas**, vol. 16, n° 1, 2008. pp. 187-206.
- REVISTA **Y**, 1938, Fevereiro.
- REVISTA **Y**, 1938, Abril.
- REVISTA **Y**, 1938, Junho.
- REVISTA **Y**, 1938, Setembro.
- SALVADÓ, F. J. R. **A Guerra Civil Espanhola**. Trad. Barbara Duarte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- SAORNIL, L. S. **A questão feminina em nossos meios**. Trad. Thiago Lemos Silva. São Paulo, SP: Biblioteca Terra Livre/ Editorial Eleutério, 2015. [1° Ed.].
- SILVA, T. L. A questão feminina em nossos meios ou um prólogo para Mujeres Libres. In: BIAJOLI, M. C. P.; RAGO, M. (Orgs.). **Mujeres Libres da Espanha: documentos da Revolução Espanhola**. São Paulo, SP: Biblioteca Terra Livre, 2017. [2° Ed.]. pp. 43-59.

SOARES, A. C. E. C. Feminilidade/Feminino. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. [2º Ed.] pp.248-251.

TEDESCHI, L. A. **As mulheres e a história**: uma introdução teórico metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

WALTERS, M. **Feminism**: A very short introduction. Oxford University Press, 2005.